

56ª Sessão da Câmara Municipal de Viradouro,
15ª Sessão Ordinária, do 2º ano da
17ª Legislatura, em 05 de novembro de 2018.

Aos 5 (cinco) dias do mês de novembro de 2018 (dois mil e dezoito), Ano do Centenário, no edifício Salvador Lopes Fernandes, sede da Câmara Municipal, realizou-se a 15ª (décima quinta) Sessão Ordinária, do segundo ano da 17ª legislatura da Câmara Municipal de Viradouro. Presentes os vereadores Eder Rodrigues de Oliveira, Edson Bujaneme, Edson Luiz Maria Tavares, Erney Antônio de Paula, José Gibran, Julimar Pelizari, Marcos Airton Morasco e Paula Mendes Guiselini, presentes também os servidores Elena Maria de Almeida Barbieri, Flávio Luis Baião Pontes Gestal, Valéria de Fátima Bidóia Valverde, Diogo Ricardo Costa, Lucas Henrique Nunes e Paulo Renato Zamariolli, às 20h15min (vinte horas e quinze minutos) o presidente da Câmara e da sessão, vereador Julimar Pelizari solicitou ao vereador Eder Rodrigues de Oliveira a leitura de um versículo bíblico, o vereador leu os seguintes versos: **"Regozijai-vos sempre no Senhor; outra vez vos digo, regozijai-vos. Seja vossa equidade notória a todos os homens. Perto está o Senhor. (Felipenses 4, 4-5).** Em seguida o Presidente declarou

aberta a sessão sob a proteção de Deus. Na sequência foram apresentadas as atas das sessões realizadas em 15 (quinze) de outubro de 2018. Colocadas as atas em discussão e votação, foram aprovadas por unanimidade. Em seguida foram apresentados e incluídos na ordem do dia para discussão e votação os Projetos de Lei do Executivo nº 082, 083 e 084 de 2018. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 081/2018 (LOA-2019), que foi encaminhado aos vereadores e à Comissão de Finanças e Orçamento, para análise e providências nos termos regimentais. Em seguida o Presidente anunciou a que a Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 001/2018, foi retirada de pauta pois aguarda o parecer da Assessoria Jurídica. Em seguida foi apresentada a Moção nº 015/2018, de autoria do vereador Erney Antônio de Paula, de aplausos e congratulações as datas comemorativas e profissionais do mês de novembro. Colocada a moção em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência foram encaminhadas ao Executivo um total de 7 (sete) indicações de autoria dos vereadores Eder Rodrigues de Oliveira, Erney Antônio de Paula, Marcos Airton Morasco e Paula Mendes Guiselini. Após acordo entre os vereadores foi definido que a leitura e apresentação das mesmas será realizada na próxima sessão ordinária. Iniciada a palavra livre a vereadora Paula

Mendes Guiselini parabenizou os servidores públicos pelo seu dia. Disse também que foi retirada de pauta a Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 001/2018, pois o parecer da assessoria jurídica da Casa ainda não está pronto. Disse esperar que a proposição seja arquivado e, não ter nada contra o Presidente ou contra os membros da Mesa Diretora, porém houve clamor popular. Disse ainda que apesar de ser considerado legal, entende que o projeto é imoral, antidemocrático e antiético. Disse também entender que o projeto está sendo legislado em causa própria, possuindo interesse particular e não interesse público. Alegou que a Casa é composta por nove vereadores, sendo necessária a renovação da Mesa Diretora, pois todos tem capacidade de compor a mesma. Disse ser favorável a todos os projetos que são para o bem da população, e quando pede vistas é para analisar melhor a matéria. Na sequência usou a palavra o vereador Marcos Airton Morasco e disse que não observa imoralidade na proposição, pois ninguém garante que o atual presidente será candidato a reeleição, pois será realizada eleição de forma democrática. Em seguida disse que a vereadora Paula Mendes Guiselini votou para a reeleição de seu pai no cargo de prefeito. Finalizou afirmando que o projeto é legal e não é imoral. Na sequência usou a palavra o Presidente e disse que foi realizado movimento em rede

social sobre o tema, porém irá esclarecer os fatos sempre nas sessões. Disse que o projeto não é imoral, tampouco ilegal, uma vez que há municípios onde a eleição da mesa é realizada anualmente. Disse que a preocupação é somente com a reeleição do presidente, portanto propôs alteração no projeto, de forma a impedir a reeleição do presidente e possibilitando a reeleição dos demais membros da mesa diretora, mas a mesma não foi aceita, portanto o projeto voltará para votação da maneira que está. Disse ainda que nas redes sociais um "jornalstinha" de fundo de quintal joga um contra o outro, e que está triste por ver amizades sendo desfeitas. Disse que essa pessoa pretende disputar as eleições e diz nas redes sociais que os vereadores não trabalham. Disse ainda que a população conhece o trabalho dos vereadores, que estes identificam os problemas e levam ao conhecimento do Prefeito. Mencionou que o jornalista mencionou um alerta do Tribunal de Contas ao Prefeito, porém disse tratar-se de fato corriqueiro, inclusive no Legislativo, uma vez que é a função do Tribunal. Disse também que trata-se de pessoa incompetente, pois se fosse competente não estaria no facebook, mas sim estaria em longe, trabalhando como profissional. Disse para vereadora Paula Mendes Guiselini que o Regimento Interno diz que na mesa diretora é garantida a representação proporcional, tanto quanto

possível dos partidos ou blocos, portanto o PSDB possui um cargo na mesa. Disse ainda que será realizada nova eleição e que a vereadora não conseguirá um cargo na mesa a força. Disse que a democracia prevê a reeleição, caso o político seja bom durante seu mandato, tem o direito de se reeleger, caso não seja, a população possui o direito de retirá-lo do cargo, como foi feito com o pai da vereadora Paula Mendes Guiselini. Disse também que foi passado para a população que o projeto é para que o Julimar fique no cargo por mais dois anos, quando na verdade é para que todos os membros da mesa tenham o direito de se reelegerem para o mesmo cargo em uma nova eleição. Em seguida anunciou seu voto para presidente da Casa, que será para o vereador Marcos Airton Morasco. Disse que foi questionado sobre os adiantamentos para viagens, realizados pelo Prefeito. Disse ainda que houve manifestações nas redes sociais, porém ao tomar conhecimento dos fatos silenciaram. Em seguida apresentou os valores utilizados pelos Prefeitos nas últimas gestões com adiantamentos para viagens: 2009 (Paulo Guiselini) - R\$ 226.000,00; 2010 (Paulo Guiselini) 263.000,00; 2011 (Paulo Guiselini) R\$ 246.000,00; 2012 (Paulo Guiselini) R\$ 267.000,00; 2013 (Maicon Lopes) R\$ 288.000,00; 2014 (Maicon Lopes) R\$ 345.000,00; 2015 (Maicon Lopes) R\$ 396.000,00; 2016 (Maicon Lopes) R\$

352.000,00; 2017 (Cal Ribeiro) R\$ 91.000,00. Afirmou que fica claro que o Prefeito atual vem economizando, e fazendo melhorias no município. Solicitou apoio ao Prefeito, e que não haja picuinha. Disse que na atual gestão todos os projetos foram aprovados na Casa, sendo que alguns receberam votos contrários da vereadora Paula Mendes Guiselini. Em seguida comentou sobre uma postagem no facebook de autoria do esposo da vereadora Paula Guiselini, onde diz que o mesmo desrespeita a administração e o Prefeito, fato lamentável por tratar-se do esposo de uma pessoa pública. Disse ainda que o Prefeito é investigado, e os vereadores que realizam seu trabalho de fiscalização, diferente do que é divulgado em vídeos nas redes sociais, por pessoas que almejam cargo público. Na sequência usou a palavra a vereadora Paula Mendes Guiselini de disse que o Presidente de forma desrespeitosa ofende cidadãos da cidade, desrespeitando o trabalho dos mesmos. Disse ainda que não se pode denegrir o trabalho de uma pessoa, pois essa em questão apenas leva informação ao povo. Disse que o Presidente segue atacando, inclusive a administração de seu pai, sendo que na época haviam vereadores que trabalhavam e fiscalizavam a gestão. Disse também que trabalha como vereadora, e a maioria dos projetos são aprovados, mas quando se abstém de votar ou pede vistas, é por que não

recebeu todos os documentos referentes a proposição. Disse que votou para a reeleição de seu pai no cargo de prefeito, pois a constituição autoriza, todavia julga a mudança na Lei Orgânica como sendo imoral. Indagou ao Presidente qual o objetivo do projeto, já que não será candidato a reeleição. Disse que sua bancada possui direito a uma vaga na Mesa e, sabe que a maioria dos vereadores são servidores públicos e devem abrir mão do cargo e do salário para assumir a presidência. Disse ainda que um vereador admitiu que sofre pressão. Afirmou ser contra a perpetuação no poder. Com relação a postagem de seu esposo em rede social, disse ser contra lavar roupa suja na internet, porém entende a situação do mesmo, pois foi perseguido quando era servidor público, perdendo gratificação e ficando encostado, até que saiu do cargo público e conseguiu outro trabalho. Disse que além de não ver interesse público no projeto, o mesmo é uma vergonha e uma aberração. O Presidente disse que não tinha interesse de se reeleger, mencionando que votaria no vereador Marcos Airton Morasco para presidente e no vereador José Gibran para vice-presidente. A vereadora Paula Mendes Guiselini, disse que o Presidente deve agir com mais respeito com as pessoas. O Presidente disse ser engraçado, pois a vereadora causou o tumulto, depois fala em desrespeito. Em seguida a vereadora Paula Mendes

Guiselini efetuou a leitura da bíblia, livro de Mateus, Capítulo 5, versículos de 1 ao 12. Disse não ser adepta a violência, que nem sempre é física, mas pode ser com palavras. Na sequência o Presidente disse que sua esposa também sofreu perseguição durante a gestão do ex-prefeito Paulo Camilo Guiselini, sem direito a entrar em uma sala. Disse que ela amamentava e foi enviada a outro município, deixando a criança sem leite, que chorava sem parar, tendo que viajar com seu filho até a mãe, para que pudesse alimentá-lo. Disse que o pai da vereadora trocou cheques na boca do caixa, e que o mesmo responde por isso. Disse também que a justiça foi feita na eleição, pois ele fez muita maldade. Finalizou agradecendo a presença da Polícia Militar. Na sequência o vereador Marcos Airton Morasco disse que também sofreu perseguição, mas não era solteiro como e então namorado da vereadora, pois tinha um filho que estudava fora, e uma filha pequena. Disse que foi transferido para o museu, e depois para a divisão de ensino, onde contrariando expectativas acabou fazendo amizades e conseguindo votos. Disse que chorou muito no museu, e teve que vender bens para sustentar a sua família, e mesmo assim nunca ofendeu as pessoas nas redes sociais. Iniciada a Ordem do Dia, foi apresentado o Projeto de Lei Executivo nº 082/2018, processo 383/2018, que dispõe sobre a criação e denominação de Via Pública

Municipal que se especifica, como Viela Armando Ribas. Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em regime de urgência especial. Em seguida o projeto recebeu pareceres favoráveis a tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei Executivo nº 083/2018, processo 384/2018, que dispõe sobre a alteração em dispositivos da Lei Municipal nº 2.969, de 16 de agosto de 2011, que criou a Divisão Municipal de Trânsito e Segurança do Trabalho e dá outras providências. Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em regime de urgência especial. Em seguida o projeto recebeu pareceres favoráveis a tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei Executivo nº 084/2018, processo 386/2018, que dispõe sobre a alteração no art. 2º da Lei Municipal nº 2.775, de 20 de maio de 2009, que cria o COMTUR - Conselho Municipal de Turismo. Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em regime de urgência especial. Em seguida o projeto recebeu pareceres favoráveis a tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o

projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Iniciada a palavra livre para explicações pessoais, o Presidente agradeceu a presença de todos, e disse que os vereadores trabalham sim, e que está ficando nojenta as picuinhas em redes sociais. Não havendo mais nada, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

57ª Sessão da Câmara Municipal de Viradouro,
43ª Sessão Extraordinária, do 2º ano da
17ª Legislatura, em 05 de novembro de 2018.

Aos 5 (cinco) dias do mês de novembro de 2018 (dois mil e dezoito), Ano do Centenário, no edifício Salvador Lopes Fernandes, sede da Câmara Municipal, realizou-se a 43ª (quadragésima terceira) Sessão Extraordinária, do segundo ano da 17ª legislatura da Câmara Municipal de Viradouro. Presentes os vereadores Eder Rodrigues de Oliveira, Edson Bugarame, Edson Luiz Maria Tavares, Erney Antônio de Paula, José Gibran, Julimar Pelizari, Marcos Airton Morasco e Paula Mendes Guiselini, presentes também os servidores Elena Maria de Almeida Barbieri, Flávio Luis Baião Pontes Gestal, Valéria de Fátima Bidóia Valverde, Diogo Ricardo Costa, Lucas Henrique Nunes e Paulo Renato Zamariolli, às 21h19min (vinte uma horas e dezenove minutos) o presidente da Câmara e da sessão, vereador Julimar Pelizari declarou aberta a sessão sob a proteção de Deus. Iniciada a Ordem do Dia, foi apresentado o Projeto de Lei Executivo nº 082/2018, processo 383/2018, que dispõe sobre a criação e denominação de Via Pública Municipal que se especifica, como Viela Armando Ribas. Foi aprovado por unanimidade

o pedido para que o projeto tramite em regime de urgência especial. Em seguida o projeto recebeu pareceres favoráveis a tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei Executivo nº 083/2018, processo 384/2018, que dispõe sobre a alteração em dispositivos da Lei Municipal nº 2.969, de 16 de agosto de 2011, que criou a Divisão Municipal de Trânsito e Segurança do Trabalho e dá outras providências. Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em regime de urgência especial. Em seguida o projeto recebeu pareceres favoráveis a tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei Executivo nº 084/2018, processo 386/2018, que dispõe sobre a alteração no art. 2º da Lei Municipal nº 2.775, de 20 de maio de 2009, que cria o COMTUR - Conselho Municipal de Turismo. Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em regime de urgência especial. Em seguida o projeto recebeu pareceres favoráveis a tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade. Não havendo mais nada na ordem dia, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário